



ACÓRDÃO Nº968/ 2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 10983/2014.

Aposos: Processo nº 11220/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Câmara Municipal de Tefé

4- Exercício: 2013

5- Responsáveis: JOÃO PAULO RODRIGUES NASCIMENTO (Ordenador de Despesa)

6- Unidade Técnica: DICAMI

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 274/2015-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.

8- Relator: Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Poder Legislativo dos Municípios do Interior. Câmara Municipal de Tefé. Exercício de 2013.

Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em divergência com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas do **Sr. João Paulo Rodrigues Nascimento**, responsável pela **Câmara Municipal de Tefé**, no curso do exercício 2013, com base nos artigos 22, II, c/c o art. 24, da Lei Estadual nº 2.423/1996;

9.2. Aplicar Multa ao Sr. João Paulo Rodrigues Nascimento no valor de **R\$ 4.000,00** (quatro mil reais), nos termos do **art. 53, parágrafo único**, da Lei nº 2.423/96, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, pelas restrições apontadas pela DICOP, transcritas neste voto. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, com a devida comprovação perante a este Tribunal, nos termos dos arts. 72, III, “a”, da Lei nº 2.423/96. **Expirado prazo estabelecido, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente** (art. 55, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM), **autorizando desde já a inscrição da penalidade na dívida ativa e a instauração da cobrança executiva** em caso de não-recolhimento do valor da condenação, *ex vi* do art. 173, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;



ACÓRDÃO Nº968/ 2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 9.3. Determinar** à Câmara Municipal de Tefé que: **a)** Cumpra integralmente os ditames da Lei Complementar nº 131/2009 e Lei Federal nº 12.527/2011 – Lei de Acesso a Informação, atentando para que as informações publicadas sejam disponibilizadas em tempo real, como determina a legislação; **b)** Implante o controle interno como exige os arts. 31 e 74 da Constituição Federal, art. 45 da Constituição Estadual e art. 43 da Lei nº 2.423/96-LO; **c)** Ateste as Notas Fiscais, de acordo com o art. 63 da Lei nº. 4.320/64 e em conformidade com a Decisão do TCU; **d)** Cadastre as legislações pertinentes à Câmara Municipal de Tefé no sistema SAP/TCE (art. 8º. da Resolução TCE nº. 16/2009) e **e)** Providencie em caráter de urgência a realização de Concurso Público, cumprindo a exigência constitucional.

10- Ata: 41ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 29 de Novembro de 2016

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público: Dra. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR
Conselheiro-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral